



ACÓRDÃO Nº1680/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11646/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto da Mulher Dona Lindu.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** José Mauro de Souza Miralha e Maria Dalzira de Sousa Pimentel.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5704/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto da Mulher Dona Lindu. Exercício de 2020.

Irregularidade. Regularidade. Revelia. Multa. Quitação. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Instituto da Mulher Dona Lindu, exercício de 2020, de responsabilidade do Sr. **José Mauro de Souza Miralha**, Diretor-Geral no período de 01/01/2020 a 09/11/2020, nos termos do art. 1º, II, “a” e art. 22, III, “b”, ambos da Lei nº 2.423/96 c/c art. 5º, II e 188, § 1º, III, da Resolução nº 4/2002-TCE;
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Instituto da Mulher Dona Lindu, exercício de 2020, de responsabilidade da Sra. **Maria Dalzira de Sousa Pimentel**, Diretora-Geral no período de 10/11/2020 a 31/12/2020, nos termos do art. 1º, II e art. 22, I, ambos da Lei nº 2.423/96 c/c art. 5º, II e 188, § 1º, I, da Resolução nº 4/2002-TCE;
- 10.3. **Considerar revel** o Sr. **José Mauro de Souza Miralha**, nos termos do art. 88 do Regimento Interno;
- 10.4. **Aplicar Multa** ao Sr. **José Mauro de Souza Miralha** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) com base no art. 54, VI da Lei nº 2.423/96 c/c 308, VI da



ACÓRDÃO Nº1680/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, por ato praticado com grave infração à norma legal, devido às restrições não sanadas 12 e 13 elencadas no Relatório Conclusivo nº 39/2022-DICAD - a saber, pagamentos indenizatórios realizados sem cobertura contratual e o fracionamento de despesas efetuados no exercício financeiro que configura afronta à lei de licitações, com a infração aos arts. 2 e 24 do referido diploma legal.

10.4.1. fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, acima registrado, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Dar quitação à Sra. **Maria Dalzira de Sousa Pimentel**, nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei nº 2.423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002 - TCE/AM;

10.6. Recomendar à Secretaria de Estado de Saúde - SES e Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD para que implementem a regularização e atualização do registro dos bens patrimoniais do Instituto da Mulher Dona Lindu, com especial atenção ao fornecimento de permissão e acesso adequado ao sistema AJURI aos servidores do referido instituto para que possam realizar as atividades inerentes à gestão patrimonial da Unidade com vistas ao registro, alteração e consulta de dados no ambiente do sistema suprarreferenciado;

10.7. Recomendar ao atual gestor do Instituto da Mulher Dona Lindu que promova o devido planejamento das compras de insumos e medicamentos, bem como da contratação dos serviços atinentes ao



ACÓRDÃO Nº1680/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

funcionamento da unidade hospitalar, pautando-as no regramento de licitações e contratos;

10.8. Dar ciência ao Sr. **José Mauro de Souza Miralha**, gestor no período de 01/01/2020 a 09/11/2020 e à Sra. **Maria Dalzira de Sousa Pimentel**, gestora no período de 09/11/2020 a 31/12/2020, do decisório prolatado nestes autos, nos termos regimentais.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de outubro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral